

Termo de Referência 38/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
38/2024	254462-DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO CAMPUS-FIOCRUZ	ANDREA NICE XAVIER	10/05/2024 16:32 (v 1.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Obras especiais		25389.000443/2023-19

1. Definição do objeto

Anexo i

Termo de referência | Concorrência

Objeto: Contratação de obra de reforma para fechamento de vãos e execução de cobertura e contrapiso, no Bloco de Ensino e Pesquisa, localizado no Campus da Fiocruz em Porto Velho/ Rondônia

Categoria do objeto: obras e serviços de engenharia

Referência: Meta 2023-084| Processo nº 25389.000443/2023-19

Modelo AGU: revisão dez/2023

1. Condições gerais da contratação

1.1. Contratação do objeto acima descrito, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

IT	ESPECIFICAÇÃO	UN. MD.	QUANTID.	VALOR TOTAL (R\$)
1	Reforma para fechamento de vãos e execução de cobertura e contrapiso o Bloco de Ensino e Pesquisa, localizado em Rondônia	m²	1.300 m²	R\$ 732.073,16

1.2. Os serviços objetos desta contratação são caracterizados como especiais, conforme justificativa constante do *item 1 (Enquadramento do Objeto) do Termo de Justificativas Técnicas Relevantes, incluído como anexo III do Edital.*

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.3.1. *O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando o objeto não for concluído no período firmado no contrato (art. 111, Lei nº 14.133/2021).*

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

ESCLARECIMENTOS

1.5. *Foram utilizadas as minutas disponibilizadas pela Advocacia Geral da União (AGU), conforme inciso IV do art. 19, combinado com parágrafo 1º do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.*

1.6. *Todas as alterações ou inclusões realizadas pela Administração sobre o modelo da AGU estão registradas em itálico. Os itens 4.5, 8.37, 8.40 e 8.41 foram destacados em negrito e sublinhado para facilitar identificação das exigências técnicas por parte dos licitantes – mantido a diferenciação em itálico.*

1.6.1. *A numeração de alguns tópicos difere do modelo da AGU em função das opções assumidas pela Administração.*

1.7. *Visando organizar a documentação de modo mais natural, aproximando-se peças técnicas e documentos de responsabilização técnica, foi adotada pela Administração uma ordem para os anexos e apêndices do Edital.*

1.7.1. *Em relação aos anexos do Edital, foi adotada a seguinte ordem:*

1.7.1.1. *Anexo I: Termo de Referência e seus apêndices (detalhados no item 1.7.2);*

1.7.1.2. *Anexo II: Minuta de Termo de Contrato;*

1.7.1.3. *Anexo III: Termo de Justificativas Técnicas Relevantes;*

1.7.1.3.1. *Anexo III-A: Curva ABC;*

1.7.1.4. *Anexo IV: Projeto técnico em sua fase Conceitual, de Anteprojeto ou Projeto Executivo conforme o objetivo da Administração;*

1.7.1.5. *Anexo V: planilha estimativa de custos e formação de preços;*

1.7.1.6. *Anexo VI: planilha estimativa de composição de BDI;*

1.7.1.7. *Anexo VII: cronograma físico-financeiro;*

1.7.1.8. *Anexo VIII: composição de custos;*

1.7.1.8.1. *Anexo VIII-A: cotações de mercado;*

1.7.2. Em relação aos apêndices do Termo de Referência (Anexo I), foi adotada a seguinte ordem:

1.7.2.1. Apêndice I: Estudo Técnico Preliminar;

1.7.2.2. Apêndice II: documentos de responsabilidade técnica (ARTs e RRTs) referentes à totalidade do conteúdo técnico produzido;

1.7.2.3. Apêndice III: Registro Imobiliário ou Termo de Cessão;

1.7.2.4. Apêndice IV: Matriz de Risco – incluída apenas em contratação de obras ou serviço de grande vulto, ou quando forem adotados os regimes de Contratação Integrada e Semi-Integrada.

DECLARAÇÕES

1.8. A contratação será realizada conforme condições (escopo e descrições), quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus apêndices, e no Edital e seus anexos.

1.8.1. Todos os documentos foram elaborados em estrita observância das leis e normas vigentes das orientações da AGU e da jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU).

1.9. **O alinhamento da contratação ao Plano Plurianual, Plano de Contratações Anual (PCA) e Plano Diretor de Logística Sustentável** está descrito em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (ETP), incluído no apêndice I deste Termo de Referência, e item 2 deste Termo de Referência.

1.10. A **essencialidade e o interesse público da contratação**, para fins do previsto no art. 3º do Decreto nº 8.540/2015, estão descritos nos itens “Descrição da necessidade” e “Resultados pretendidos” do ETP, incluído no apêndice I deste Termo de Referência

1.11. As **atividades a serem licitadas e contratadas** possuem viabilidade jurídica de terceirização porque (i) respeitam as vedações contidas no art. 3º do Decreto nº 9.507/2018; (ii) considera as condições para execução indireta de serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios contidas no parágrafo 1º do art. 3º do Decreto retrocitado; (iii) estão enquadradas no rol de serviços que devem ser objeto de execução indireta, conforme definido nos incisos X e XV (por analogia de serviços) da Portaria MPOG nº 443/2018; e (iv) não estão compreendidas entre as desempenhadas por categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos da Administração.

1.11.1. A contratação não se enquadra em qualquer um dos incisos do artigo 3º do Decreto nº 9.507/2018 e seu parágrafo 1º será atendido, uma vez que **não será transferida a responsabilidade para a realização de atos administrativos ou para a tomada de decisão para o Contratado.**

1.12. O **objeto é considerado como um serviço especial de Engenharia** por sua (i) natureza e características (heterogeneidade); (ii) complexidade funcional, normativa e

construtiva; e (iii) responsabilização técnica inerente, privativa das profissões de arquiteto e engenheiro.

1.13. A escolha do **regime de execução** pautou-se pelo interesse público à luz dos resultados almejados, considerando parâmetros de eficiência, eficácia e efetividade, e os princípios de razoabilidade e economicidade, versus imprecisões, riscos e imprevistos inerentes à contratação.

1.14. **É permitida a participação de consórcio para execução dos serviços;**

1.15. Em relação ao **conteúdo técnico da contratação**, foi adotada metodologia definida pelas normas vigentes aplicáveis da ABNT e instruções técnicas do Instituto Brasileiro de Auditoria e Obras Públicas (Ibraop), e foram observados todos os requisitos estabelecidos no inciso XXIV (Anteprojeto, conforme art. 46, § 2º) ou XXVI (Projeto Executivo) do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, conforme o objeto da licitação.

1.16. As **especificações e requisitos técnicos previstos na contratação**: (i) representam o real e estrito desempenho pretendida pela Administração; (ii) são compatíveis com o objeto da contratação -- não sendo excessivos, irrelevantes ou desnecessários, ou ainda capazes de cercear a competitividade do certame ou favorecer a contratação de prestador específico; (iii) não estão defasadas tecnologicamente e/ou metodologicamente; e (iv) não estão com preços superiores aos de serviço com melhor desempenho.

1.16.1. **Especificações que somente podem ser atendidas por quantidade restrita de fornecedores** foram evitadas ou adotadas em caráter indispensável, conforme parágrafo 2º do art. 9º da IN SEGES nº 58/2022.

1.16.2. A **justificativa para adoção de marcas e padronização de materiais construtivos** está incluída no Caderno de Encargos Gerais (CEG), parte integrante anexo IV do Edital.

1.17. As **Anotações ou Registros de Responsabilidade Técnica pela elaboração do conteúdo técnico e orçamento** da contratação constam no apêndice II deste Termo de Referência.

1.17.1. A **Equipe de Planejamento** possui integrantes com formação em engenharia e arquitetura, conforme parágrafo 1º do art. 22 da IN Seges/MPOG 05/2017.

1.18. As **exigências de qualificação econômico-financeira e qualificação técnica** foram definidas após análise pormenorizada (i) da compatibilidade e proporcionalidade com as peculiaridades do objeto contratual a ser executado; (ii) da complexidade do objeto; (iii) da essencialidade do serviço e interesse público; e (iv) dos riscos decorrentes de sua paralisação em função da eventual incapacidade econômica e/ou técnica do Contratado em suportar as obrigações contratuais – tendo ainda sido observadas as condições definidas no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, recomendações da AGU e jurisprudência do TCU.

1.18.1. A fundamentação para **exigência de Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica** consta no Termo de Justificativas técnicas Relevantes, anexo III do Edital,

1.18.2. **Em todos os casos aplicáveis, foi suprimida a exigência de apresentação de “certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente”, tendo em vista a vedação de exigência de registro de atestado de capacidade técnico-operacional no Crea – conforme o artigo 55 da Resolução nº 1.025 /2009 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea) e jurisprudência do TCU (Acórdãos nº 128/2012 - 2ª Câmara e 655/2016, 205/2017 e 2.326/2019, esses últimos do Plenário) – e, por extensão natural, no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU)."**

1.19. As **parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto** foram definidas a partir da Curva ABC, anexo III-A do Edital.

1.20. A **justificativa para adoção do percentual de subcontratação** está registrada no Termo de Justificativas técnicas Relevantes, anexo III do Edital.

1.21. O **orçamento estimado da contratação** está detalhado nas planilhas anexas (V a VIII) do Edital – através das quais se identifica a descrição e quantitativo de itens, custos unitários, composições de BDI e insumos, e seus respectivos códigos e referenciais de consulta ou pesquisas de mercado. Além disso, foram observadas as exigências contidas no art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

1.21.1. Em contratações de obras e serviços de engenharia o valor estimado, acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de referência e dos Encargos Sociais (ES) cabíveis, será calculado conforme as condições definidas no parágrafo 2º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

1.21.2. Em regimes de Contratação Integrada e Semi-Integrada o valor estimado será calculado conforme as condições definidas no parágrafo 5º do art. 23 da Lei nº 14.133 /2021.

1.22. As **subestimativas e superestimativas relevantes, a adoção de custos unitários de referência do Sinapi e o detalhamento da composição do percentual de BDI** constam no Termo de Justificativas Técnicas Relevantes, anexo III do Edital.

1.23. Os **impactos ambientais, incluindo eventuais necessidades de licenciamento ambiental**, estão descritos em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, incluído no apêndice I deste Termo de Referência.

1.23.1. Os **critérios de sustentabilidade** estão descritos em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, incluído no apêndice I deste Termo de Referência.

1.23.2. A **responsabilidade pelo licenciamento ambiental cabe ao Contratado e suas exigências preliminares** estão descritas em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, incluído no apêndice I deste Termo de Referência.

1.24. O **Mapa de Risco**, conforme determinado pelo inciso X do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, incorpora os requisitos elencados no modelo disponível no módulo de Gestão de Riscos Digital, consoante o subitem 5.2. do Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação, bem como às orientações da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, e está incluído no apêndice I deste Termo de Referência.

1.25. A **Matriz de Risco com eventual percentual aplicável** estará incluída como apêndice IV do Termo deste Referência nos casos em que se tratar de contratação de obras ou serviço de grande vulto, ou quando forem adotados os regimes de Contratação Integrada e Semi-Integrada.

1.26. Em relação aos riscos elencados no Mapa e Matriz de Risco, foram atendidos todos os requisitos do modelo disponível no módulo de Gestão de Riscos Digital, consoante o item 5.2 do Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação, bem como às orientações da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

1.27. A **utilização do Building Information Modelling (BIM)** -- nos casos aplicáveis e adequada ao objeto da licitação – encontra respaldo no parágrafo 3º do art. 19 da Lei nº 14.133/2021.

1.28. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o licitante vencedor deverá implantar **programa de integridade** no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato (art. 25, § 4º, Lei nº 14.133/2021).

1.29. O objeto da contratação, sempre que se tratar de obra, será executado em área da Fiocruz, cuja **titularidade e regularidade da posse do imóvel** estará caracterizada por certidão atualizada do Registro Imobiliário ou Termo de Cessão, apêndice IV deste Termo de Referência.

1.30. Na **Reunião de Partida**, etapa antecedente à emissão da Ordem de Serviço, serão repassadas eventuais pendências para início da execução dos serviços, tais como apresentação de documentação obrigatória, apresentação de responsáveis técnicos, liberação de área, licenças ambientais prévias ou de implantação (art. 92, § 2º, Lei nº 14.133/2021).

2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. Esta contratação não foi planejada no Plano de Contratações Anual (PCA) por se tratar de demanda extraordinária, essencial para o cumprimento das metas institucionais.

2.3 As informações referentes à contratação serão descritas em Nota Técnica a ser inserida oportunamente no Processo.

3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade

4.1. Os critérios de sustentabilidade encontram-se pormenorizados em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência, tendo sido considerado o conteúdo do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU (revisão setembro/2023).

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação é admitida a indicação de marcas, características ou modelos, de acordo com as justificativas contidas no item “Justificativas técnicas para adoção de marcas referenciais” do Caderno de Encargos Gerais.

vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.3. Não haverá vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço, desde que comprovados os critérios de similaridade ou equivalência, conforme metodologia descrita no item “Justificativas técnicas para adoção de marcas referenciais” do Caderno de Encargos Gerais.

exigência de carta de solidariedade

4.4. Não será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato pelo fornecedor, revendedor ou distribuidor.

Subcontratação

4.5. Será admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.5.1. Será vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em:

4.5.1.1. serviços referentes a alvenaria, piso, tratamento de elementos estruturais existentes, telhamento da cobertura a instalar;

4.5.2. A subcontratação ficará limitada a 75 % (setenta e cinco por cento) do valor total do contrato.

4.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

Garantia da contratação

4.7. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/ 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.8. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.9. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

4.10. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.11. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 10 horas às 16 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente, *com um mínimo de 48 horas, com a Administração da Fiocruz Rondônia, através dos telefones (69) 3219-6000, 3219-6010 ou 3219-6023 (Engenheiro Kleber Borges).*

4.12. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.12.1. No dia e horário previamente agendado para a visita, o representante legal da empresa ou responsável técnico designado deverá comparecer na Rua da Beira, 7671, BR 364, Km 3.5, Bairro Lagoa, CEP: 76812-245 - Porto Velho - Rondônia/RO, e mencionar tratar-se de visita técnica referente à licitação.

4.13. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.13.1. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.13.2. A vistoria técnica prévia no local da execução do contrato será facultada às licitantes, cabendo-lhes, exclusivamente, a decisão de realizá-la ou se abster.

A licitante que se abster da vistoria técnica deverá formalizar sua decisão através de Declaração de Abstenção de Vistoria – que atesta pleno conhecimento das condições e peculiaridades da contratação – assinada pelo responsável técnico da licitante.

4.13.3. A licitante, ou o seu representante legal, deverá estar de posse do Atestado de Vistoria Técnica, conforme o modelo constante do Edital, que será assinado pelo servidor designado para este fim ao final da visita.

4.13.4. Para os optantes pela visita ao local, será obrigatório o agendamento de datas e horários específicos para cada licitante, de modo a preservar o caráter competitivo do certame, com base no Acórdão nº 1842/2013 - Plenário do TCU; independente de quaisquer alegações ou motivos de força maior, sob hipótese alguma a vistoria técnica poderá ser realizada fora de horário agendado.

4.13.5. Por ocasião da vistoria, poderão ser entregues as informações necessárias e suficiente relativas à licitação, desde que a licitante ou seu representante legal forneça à Administração: pen-drive, Hard Disk (HD) externo ou outra forma adequada de gravação que utilize a porta USB-B de computadores.

4.14. Caso a licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.15. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. início da execução do objeto: a partir da emissão da ordem de serviço;

5.1.2. descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: conforme item “Escopo e planejamento de execução da contratação” do Caderno de Encargos Gerais;

5.1.3. cronograma de realização dos serviços: conforme item “Escopo e planejamento de execução da contratação” do Caderno de Encargos Gerais, e cronograma físico-financeiro da contratação.

Local e horário da prestação do serviço

5.2. Os serviços deverão ser realizados no Bloco de Ensino e Pesquisa (602), localizado no Campus da Nova Sede de Fiocruz Rondônia; no Km 5,5 da BR 364, sentido Porto Velho-Cuiabá, no Bairro Aeroclube, em zona urbana de Porto Velho – RO.

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: segunda a sexta-feira, das 7 às 17 horas, excetuando-se os feriados nacionais -- em casos excepcionais, comunicados previamente à Administração, os dias e horários poderão ser alterados, inclusive com a utilização de sábados e feriados, desde que isso não implique em qualquer ônus para a Fiocruz.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. A Administração não emprestará e nem cederá, em hipótese alguma, materiais, equipamentos, ferramentas ou utensílios de qualquer natureza para a execução dos serviços; estes serão de responsabilidade exclusiva do Contratado.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. As informações relevantes para o dimensionamento da proposta encontram-se pormenorizadas no Anexo IV do Edital.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, § 1º, inciso iii, Lei nº 14.133/2021)

5.6. O prazo de garantia contratual dos serviços será aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.7. O Contratado deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, e de materiais com registro e informações técnicas e construtivas (manuais de uso e manutenção, databooks, termos de garantia, dentre outros) sem perda de informações, podendo lhe ser exigido, inclusive, capacitar os técnicos do Contratante ou de qualquer representante designado.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1.1. O gestor do contrato e a equipe de fiscalização serão definidos oportunamente por Portaria específica, sendo os respectivos atos de designação dos agentes públicos acostados no Processo neste momento.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade deverá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial (Reunião de Partida) para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratado deverá manter preposto da empresa durante todo o período de execução do contrato.

6.7.1. Nos casos de execução de obra, o preposto do Contratado deverá estar no local da execução do objeto.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (art. 117, *caput*, Lei nº 14.133/2021).

Fiscalização técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (art. 22, VI, Decreto nº 11.246/2022).

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (art. 117, §1º, Lei nº 14.133/2021 e art. 22, II, Decreto nº 11.246/2022).

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção (art. 22, III, Decreto nº 11.246/2022).

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (art. 22, IV, Decreto nº 11.246/2022).

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (art. 22, V, Decreto nº 11.246/2022).

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (art. 22, VII, Decreto nº 11.246/2022).

Fiscalização administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (art. 23, I e II, Decreto nº 11.246/2022).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (art. 23, IV, Decreto nº 11.246/2022).

6.18. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.18.1. durante a execução do objeto, a fiscalização contratual deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar não conformidades ou riscos, devendo intervir para requerer do Contratado a correção dos erros, falhas e irregularidades constatadas; ou medidas de mitigação de riscos, tais como a proteção ou conservação de materiais e equipamentos adquiridos e/ou instalados;

6.18.2. a fiscalização contratual deverá apresentar ao preposto do Contratado a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;

6.18.2.1. em hipótese alguma, será admitido que o próprio Contratado materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados.

6.19. O Contratado poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela fiscalização contratual, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

6.19.1. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, deverão ser aplicadas as sanções ao Contratado de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

6.20. A fiscalização contratual poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

6.21. Nas contratações ordinárias da Administração não existem rotinas extraordinárias, procedimentos diferenciados ou exigências específicas para que a fiscalização da execução dos serviços seja realizada; porém, eventuais contratações ou etapas de uma dada contratação podem exigir exceções.

6.21.1. Sempre que se tratar da execução de obra, cumprirá ainda à fiscalização contratual:

6.21.1.1. solicitar, mensalmente, por amostragem, que o Contratado apresente os documentos comprobatórios das obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados alocados na execução da obra, em especial, quanto: (i) ao pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário; (ii) à concessão de férias remuneradas e pagamento do respectivo adicional; (iii) à concessão do auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido; (iv) aos depósitos do FGTS; e (v) ao pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;

6.21.1.2. poderá ser solicitado, por amostragem, aos empregados do Contratado, que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão ou não sendo recolhidas em seus nomes, por meio da apresentação de extratos, de forma que todos os empregados tenham tido seus extratos avaliados ao final de um ano da contratação, o que não impedirá que a análise de extratos possa ser realizada mais de uma vez em relação a um mesmo empregado;

6.21.1.3. oficiar os órgãos responsáveis pela fiscalização em caso de indício de irregularidade no cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS;

6.21.1.4. somente autorizar a subcontratação se as obrigações estabelecidas na IN Seges/MPOG nº 6/2018 forem expressamente aceitas pelo Contratado.

6.21.2. De acordo com as peculiaridades do objeto e seu regime de execução, o contrato poderá conter cláusula que preveja período antecedente à expedição da Ordem de Serviço (OS) para (i) verificação de pendências (ii) liberação de áreas; ou (iii) adoção de outras providências cabíveis para a regularidade do início de sua execução, conforme o disposto no parágrafo 2º do artigo 92 da Lei nº 14.133/2021.

6.21.3. A fiscalização contratual de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer

irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios (ocultos), ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o artigo 120 da Lei nº 14.133/2021.

6.21.4. na fiscalização de controle deverão ser observados (art. 171, Lei nº 14.133/2021):

6.21.4.1. viabilização de oportunidade de manifestação aos gestores sobre possíveis propostas de encaminhamento que terão impacto significativo nas rotinas de trabalho dos órgãos e entidades fiscalizados, a fim de que eles disponibilizem subsídios para avaliação prévia da relação entre custo e benefício dessas possíveis proposições (inciso I);

6.21.4.2. adoção de procedimentos objetivos e imparciais e elaboração de relatórios tecnicamente fundamentados, baseados exclusivamente nas evidências obtidas e organizados de acordo com as normas de auditoria do respectivo órgão de controle, de modo a evitar que interesses pessoais e interpretações tendenciosas interfiram na apresentação e no tratamento dos fatos levantados (inciso II);

6.21.4.2. definição de objetivos, nos regimes de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, atendidos os requisitos técnicos, legais, orçamentários e financeiros, de acordo com as finalidades da contratação, devendo, ainda, ser perquirida a conformidade do preço global com os parâmetros de mercado para o objeto contratado, considerada inclusive a dimensão geográfica (inciso III).

Gestor do contrato

6.22. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (art. 21, IV, Decreto nº 11.246/2022).

6.23. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (art. 21, II, Decreto nº 11.246/2022).

6.24. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (art. 21, III, Decreto nº 11.246/2022).

6.25. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades

aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246/2022).

6.26. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (art. 21, X, Decreto nº 11.246/2022).

6.27. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (art. 21, VI, Decreto nº 11.246/2022).

6.28. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização contratual nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Sistema de Planejamento (Sisplan) da Coordenação de Projetos e Obras (CPO)/Cogic como Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, sempre que o Contratado:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados;

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. escopo contratado e planilha de quantitativo de itens;

7.3.2. planejamento de execução e cronograma físico-financeiro.

Recebimento

7.4. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no cronograma físico-financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.4.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no cronograma físico-financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.4.2. O Contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 2 (dois) meses pela fiscalização contratual, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (art. 140, I, a, Lei nº 14.133/2021 e arts. 22, X e 23, X, Decreto nº 11.246/2022).

7.5.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.5.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (art. 22, X, Decreto nº 11.246/2022).

7.5.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (art. 23, X, Decreto nº 11.246/2022).

7.5.4. Em casos excepcionais, o fiscal administrativo poderá realizar o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.5.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.5.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.5.7. O Contratado ficará obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização contratual não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.5.8. A fiscalização contratual não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (art. 119 c/c art. 140, Lei nº 14.133/2021).

7.5.9. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de funcionamento, comissionamento, operação assistida e entrega de projeto de As built e de documentação técnica (manuais e instruções de operação e manutenção, e termos e/ou certificados de garantia).

7.5.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e no Anexo IV do Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.5.10.1. Se forem decorrentes de falhas de projeto, as alterações de contratos de obras e serviços de engenharia ensejarão apuração de responsabilidade do responsável técnico e adoção das providências necessárias para o ressarcimento dos danos causados à Administração (art. 124, § 1º, Lei nº 14.133/2021).

7.6. Quando a fiscalização contratual for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.7. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) meses, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.7.1. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246/2022);

7.7.2. realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização contratual e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.7.3. emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.7.4. comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização contratual;

7.7.5. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização contratual.

7.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021,

comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.9. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.10.1. Em se tratando de projeto de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o projetista ou o consultor da responsabilidade objetiva por todos os danos causados por falha de projeto (art. 140, § 5º, Lei nº 14.133/2021).

7.10.2. Em se tratando de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, admitida a previsão de prazo de garantia superior no edital e no contrato, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias (art. 140, § 6º, Lei nº 14.133/2021).

Liquidação

7.11. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do parágrafo 2º do art. 7º da IN Seges/ME nº 77/2022.

7.11.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

7.12. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: (a) o prazo de validade; (b) a data da emissão; (c) os dados do contrato e do órgão contratante; (d) o período respectivo de execução do contrato; (e) o valor a pagar; e (f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.13. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.14. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.15. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (IN Seges/MPDG nº 3/2018).

7.16. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.20. *O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da IN Seges/ME nº 77/2022.*

7.21. *No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação de índice de correção monetária.*

7.21.1. *Para correção monetária será adotado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), pro rata tempore, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $AF = \{ (1 + IPCA / 100)^{n/30} - 1 \} \times VP$ – sendo: AF = atualização financeira; IPCA = percentual atribuído ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.*

Forma de pagamento

7.22. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.24.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.25. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.26. Em casos absolutamente excepcionais e imprescindíveis ao interesse público, a presente contratação poderá permitir a antecipação de pagamento parcial, conforme as regras previstas no presente tópico e desde que: (a) represente condição indispensável para obter o bem ou assegurar a prestação do serviço; ou (b) propicie significativa economia de recursos à Administração.

7.27. O Contratado emitirá nota fiscal correspondente ao valor da antecipação de pagamento pretendida, tão logo seja prestada a garantia de execução, para que o Contratante efetue o pagamento antecipado.

7.28. A antecipação de pagamento poderá ser associada ao fornecimento de equipamentos “postos em obra” ou às etapas de execução previstas no cronograma físico-financeiro.

7.29. Ficará o Contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado na hipótese de inexecução do objeto.

7.29.1. No caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não-executada do contrato.

7.29.2. O valor relativo à parcela antecipada e não executada do contrato será atualizado monetariamente pela variação acumulada do índice de correção monetária arbitrado pela Administração desde a data do pagamento da antecipação até a data da devolução.

7.29.3. Para correção monetária será adotado o Índice, critério e fórmula estabelecidos no item 7.21.1 deste Termo de Referência.

7.30. A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico respectivo deste instrumento.

7.31. O pagamento antecipado será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal.

7.32. A antecipação de pagamento dispensará o ateste ou recebimento prévios do objeto, os quais deverão ocorrer após a regular execução da parcela contratual a que se refere o valor antecipado.

7.33. O pagamento de que trata este item estará condicionado à tomada das seguintes providências pelo Contratado:

7.33.1. comprovação da execução da etapa imediatamente anterior do objeto pelo Contratado, para a antecipação do valor remanescente;

7.33.2. *prestação da garantia adicional nas modalidades de que trata o art. 96 da Lei nº 14.133/2021, no percentual de 5 %.*

7.34. O pagamento do valor a ser antecipado ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes.

Cessão de crédito

7.35. Será admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na IN Seges/ME nº 53/2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.35.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.36. A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela IN Seges/ME nº 53/2020, em relação à Administração, estará condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.37. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429/1992, nos termos do Parecer JL-01/2020.

7.38. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (IN Seges/ME nº 53/2020 e anexos).

7.39. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O licitante será selecionado por meio da realização de procedimento de Licitação, na modalidade Concorrência, com adoção do critério de julgamento pelo Maior Desconto.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato é por Empreitada por Preço Unitário.

Critérios de aceitabilidade de preços

8.3. Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

8.3.1. Após o julgamento, o licitante vencedor deverá reelaborar e apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato (art. 56, § 5º, Lei nº 14.133/2021).

8.4. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será o valor global conforme valor estimado da licitação.

Exigências de habilitação

8.5. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.6. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

8.7. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

8.9. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal (SLU) ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI): inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.10. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme IN Drei/ME nº 77/2020.

8.11. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.12. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.13. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/1971.

8.14. Ato de autorização para o exercício de atividade: não aplicável.

8.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

8.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

8.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943.

8.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.21. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

8.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123 /2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação econômico-financeira

8.24. Certidão Negativa de Insolvência Civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, IN Seges/ME nº 116/2021), ou de sociedade simples.

8.25. Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (art. 69, caput, inciso II, Lei nº 14.133/2021).

8.26. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.27. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital (ECD) ao SPED.

8.31. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10 % (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

8.31.1. *Para os casos de consórcio, a comprovação de qualificação econômico-financeira ocorrerá por demonstração, pelo somatório dos valores de cada consorciado, do atendimento aos índices contábeis definidos neste documento, com o acréscimo de 30% (trinta por cento), na proporção da respectiva participação;*

8.32. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (art. 65, § 1º, Lei nº 14.133/2021).

8.33. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.*

Qualificação técnica

8.34. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8.34.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.35. *Registro ou inscrição da licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), em plena validade, que comprove atividade relacionada com o objeto solicitado e a indicação de seu(s) responsável(is) e do corpo técnico da empresa, com a definição de suas áreas de atuação, em conformidade como disposto no artigo 1º da Resolução nº 266/1979 do Confea.*

8.36. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.37. Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

8.37.1. arquiteto ou engenheiro com experiência na coordenação ou gerenciamento ou fiscalização ou supervisão ou acompanhamento de obra (construção ou reforma).

8.38. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

8.39. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item

pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.40. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.40.1. instalação de cobertura metálica com 600 m², no mínimo;

8.40.2. execução de contrapiso com 600 m², no mínimo.

8.41. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.41.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.41.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.41.3 Para aspectos técnicos específicos, a qualificação técnica pode ser demonstrada por meio de atestados relativos a potencial subcontratado, limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do objeto a ser licitado, hipótese em que mais de um licitante poderá apresentar atestado relativo ao mesmo potencial subcontratado (Lei nº 14.133/2021, art. 67, § 9º).

8.42. Não será admitida a participação de cooperativas;

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 732.073,16

9.1. O custo estimado total da contratação consta no item 1.1 deste Termo de Referência.

9.2. O valor de referência para aplicação do maior desconto é o custo estimado total da contratação.

9.3. O custo estimado da contratação não possui caráter sigiloso.

9.5. Em contratação de obras ou serviço de grande vulto, ou quando forem adotados os regimes de Contratação Integrada e Semi-Integrada, a estimativa de custo leva em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do contrato.

9.6. *Em regimes de Contratação Integrada ou Semi-Integrada, conforme art. 133 da Lei nº 14.133/2021, é vedada a alteração dos valores contratuais, exceto nos seguintes casos: (i) para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior; (ii) por necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da Administração, desde que não decorrente de erros ou omissões por parte do Contratado, observados os limites estabelecidos no art. 125 da referida Lei; (iii) por necessidade de alteração do projeto nas Contratações Semi-Integradas, nos termos do art. 46, § 5º, da mesma Lei; e (iv) por ocorrência de evento superveniente alocado na matriz de riscos como de responsabilidade da Administração.*

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. *A contratação será atendida por dotação conforme Nota Técnica a ser inserida oportunamente no Processo.*

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Conteúdo Técnico

11.1. *Integra este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, o seguinte conteúdo técnico:*

11.1.1. *ANEXO IV: Projeto Executivo; além do conjunto de pranchas das diferentes disciplinas, fazem parte do Projeto os seguintes cadernos:*

11.1.1.1. **Caderno de Encargos Gerais (CEG)** – arquivo N602A01A.PDF: documento integrante e indissociável do objeto da contratação que tem por objetivo descrever os encargos gerais referentes (i) ao escopo e planejamento de execução; (ii) aos serviços preliminares necessários; (iii) à administração da execução da contratação; (iv) à equipe de profissionais a ser mobilizada; (v) à metodologia de trabalho; e (vi) a forma de entrega dos serviços;

11.1.1.2. **Cadernos de Especificações Técnicas (CET)**: documentos integrantes e indissociáveis do objeto da contratação, divididos por cada disciplina (conforme a listagem abaixo), que têm por objetivos (i) descrever todos os materiais, equipamentos, elementos componentes e sistemas construtivos previstos na contratação (especificações técnicas); (ii) indicar o local de instalação dos materiais, equipamentos, elementos componentes e sistemas construtivos; (iii) orientar a execução dos serviços (encargos específicos); e (iv) indicar normas aplicáveis (quando cabível).

Arquitetura	resp. técn.: Marly Zied Vieira (CAU nº A11504-5)
--------------------	--

Observação: Ao final de cada Caderno de Especificação Técnica (CET) consta item denominado “Lista Mestra” que traz a relação de pranchas componentes do Projeto.

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RODRIGO DAS NEVES COSTA

Membro da comissão de contratação

ANA PAULA GARCIA DE MEDEIROS

Membro da comissão de contratação

ANA BEATRIZ ALVES CUZZATTI

Membro da comissão de contratação